

A.I. Nº - 278999.0011/05-1
AUTUADO - NOVO-LAR SUPERMERCADO LTDA.
AUTUANTE - CLEBER RAIMUNDO SANTOS MAFRA
ORIGEM - INFAZ BRUMADO
INTERNET - 06. 12. 2005

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0447-04/05

EMENTA: ICMS. 1. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. Saldo credor na conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração caracterizada. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. 3. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Infrações não contestadas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/06/2005, exige ICMS no valor de R\$38.375,38, acrescido da multa de 70%, sobre R\$ 17.381,47 e 50% sobre R\$ 20.993,91 em virtude das seguintes infrações:

- Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor de caixa.
- Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do estado.
- Deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar, na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no SIMBAHIA.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 2.132 e 2.133, esclarecendo que como o período de defesa administrativa é um período curto, diante dos problemas que a empresa vem passando e pelo fato de não estar com o caixa devidamente escriturado, está trabalhando na elaboração do citado livro para assim poder apensar ao processo.

O autuante, em sua informação fiscal, folha nº 2137, mantém as infrações e contesta os argumentos defensivos da seguinte forma:

Infração 01 – Diz que a autuada apenas alega o período curto do prazo de defesa, não apresentando no momento quaisquer prova documental.

Infrações 02 e 03 – Salienta que a impugnante não tece qualquer comentário sobre os lançamentos.

Por fim, mantém na íntegra a presente autuação fiscal.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado em decorrência de três irregularidades quais sejam:

- Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apuradas através de saldo credor de caixa.

- Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do estado.
- Deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar, na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no SIMBAHIA.

Em relação às infrações 02 e 03 o autuado não se pronuncia, razão pela qual devem ser mantidas, conforme artigo 140 do RPAF/99.

Quanto à infração 01, o contribuinte se limita a dizer, em sua defesa que o prazo defensivo é muito curto e que está trabalhando na elaboração do Livro Caixa.

Conforme o art. 4º, § 4º, da Lei n.º 7.014/96, “O fato de a escrituração indicar saldo credor de Caixa, suprimentos a Caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.”

De acordo com o art. 408-C, inciso VI, do RICMS/BA, a partir de 24/02/2000 as empresas de pequeno porte e microempresas com receita bruta ajustada superior a R\$ 30.000,00 estão obrigadas a escriturar o Livro Caixa.

Ao analisar os autos, constatei que o autuante, ao efetuar a auditoria de caixa da empresa apurou um saldo credor de R\$ 38.375,38, sendo que este valor não foi contestado pelo autuado em sua peça defensiva. Assim, entendo que não foram apresentados na defesa, documentos que pudessem elidir a ação fiscal, por isso voto pela procedência do presente lançamento.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 278999.0011/05-1**, lavrado contra **NOVO-LAR SUPERMERCADO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$38.375,38**, sendo R\$7.815,66, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 70% sobre R\$7.019,55 e de 50% sobre R\$796,11, previstas no art. 42, III, I, “b”, itens 1 e 3, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos moratórios, e R\$30.559,72, acrescido das multas de 70% sobre R\$10.361,92 e 50% sobre R\$20.197,80, previstas nos incisos III e I, “b”, itens 1 e 3 do art. e lei citado, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de novembro de 2005.

ANTONIO CESAR DANTAS OLIVEIRA - PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA